



CONCURSO PÚBLICO 2016/II

Universidade Federal de Santa Maria

Contador

Nº Inscrição:

Para responder às questões de números 1 a 10, considere a frase do escritor português José Saramago e parte de um artigo sobre cidades publicado em uma revista acadêmica brasileira.

1 "No interior da grande cidade de todos está a cidade pequena em que realmente vivemos."

(José Saramago)

Apesar de concentrar características execradas pelos seus habitantes, a cidade continua exercendo um grande poder de atração, avalia o professor João Júlio Vitral Amaro, do Departamento de Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG. Curiosamente, na venda de casas e apartamentos construídos fora da área urbanizada, um dos itens que mais valorizam os imóveis é a vista que eles proporcionam da própria cidade.

"Parece paradoxal, mas não é", afirma Vitral Amaro. Trata-se, segundo ele, de um certo recuo, mas nunca um abandono da cidade. "A cidade tem esse poder de atração porque é onde melhor administrarmos o tempo de encontro e o de recuo, uma coisa da própria natureza humana: somos mamíferos, gregários, animais de rebanho, e todo mamífero necessita de uma certa modulação do território, escolhendo as horas de maior ou menor proximidade", avalia.

A atração exercida pela cidade põe para a sociedade o desafio de encontrar soluções para problemas que crescem junto com a mancha urbana. "O desafio de uma cidade do futuro não é tanto uma reflexão científica, pelo menos não é uma questão de volume de informação ou de conhecimento sobre a cidade", opina Vitral. Para ele, a cidade que conseguirmos pensar "tem a ver com o tipo de futuro que estamos esperando". E comenta: "Estamos tão pobres ao pensar o tema cidade, que deixamos a discussão se reduzir ao dilema murar ou não murar favela". Em sua opinião, a pergunta deveria ser: nós, brasileiros, queremos ter favelas daqui a 50 anos?

Segundo Vitral Amaro, cada povo define para si um futuro, a exemplo do que fez o Brasil na década de 1960, ao construir Brasília. "Naquele momento, enviamos uma mensagem para o futuro.

Hoje é como se o país tivesse se recolhido, e a própria incapacidade de vislumbrar a cidade do futuro reflete essa falta de perspectiva de pensar o próprio futuro como nação", diz.

Ao refletir sobre os limites da cidade e a construção de muros em favelas no Rio de Janeiro, o professor Cássio Eduardo Viana Hissa, do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da UFMG, afirma que não há e não poderá haver, sobretudo no capitalismo, uma cidade inteira. Segundo ele, a ideia de inteireza não é recortada apenas nas topografias, edificações e circulação, mas pelas práticas sociais e pelas relações de identidade e de conflito. "Isso significa que há limites nos interiores da cidade. Há cidades na cidade. Para o cidadão, também, não há uma cidade inteira: há a cidade para ele, que é feita nas relações que estabelece com o mundo urbano, com as pessoas, e através de um experimentar a cidade que ele próprio desenha."

Hissa afirma que os habitantes interpretam a cidade a partir de paradigmas que lhes interessam porque se referem à história com a qual se identificam. "A interpretação que fazemos da cidade é a de nós mesmos, feita por nós e para o outro. Mas a ciência moderna ainda confia na fidelidade cartesiana das cartografias", reflete. E diz que a edificação de uma muralha, por exemplo, poderá fazer as pessoas descobrirem que tal recorte existe nelas sem que se deem conta disso. "Desde as cidades medievais até as modernas, as muralhas, os sinais de grafite nos muros, as tintas no asfalto podem mostrar onde começa, termina e para onde segue a nossa cidade e a dos outros. Talvez ainda mais, tal desenho poderá nos dizer algo acerca de nós mesmos no mundo", sugere.

Na frase de José Saramago, o segmento *realmente* contribui para destacar a oposição entre a cidade de todos e a cidade na qual vivemos

- a) naturalmente.
- b) gregariamente.
- c) regularmente.
- d) verdadeiramente.
- e) democraticamente.

Aproximando as ideias defendidas pelos professores da UFMG e o teor da citação do escritor português, percebe-se que a interpretação feita por _____ evidencia uma leitura da

cidade a partir da ótica de que práticas e vivências sociais criam cidades dentro da cidade, ao passo que a análise de _____ dá visibilidade à cidade e sua relação com as políticas públicas. Por outro lado, a ideia defendida por _____

mostra que as cidades são também concebidas como construções individuais cujos limites são estabelecidos com sinais físicos, os quais, além de desenhar para os habitantes a sua cidade e a dos outros, são uma forma de interpretação de si próprios.

Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas.

- a) Vitral Amaro – José Saramago – Viana Hissa
- b) José Saramago – Vitral Amaro – Viana Hissa
- c) José Saramago – Viana Hissa – Vitral Amaro
- d) Vitral Amaro – Viana Hissa – José Saramago
- e) Viana Hissa – Vitral Amaro – José Saramago

Segundo a análise do professor Vitral Amaro apresentada nos parágrafos iniciais do artigo, deve-se compreender que os habitantes estabelecem com a cidade uma relação

- a) paradoxal entre recuo e aproximação.
- b) contraditória entre aproximação e abandono.
- c) opositiva entre aproximação e abandono.
- d) complementar entre abandono e distanciamento.
- e) contrastante entre distanciamento e aproximação.

O fragmento destacado a seguir serve de base para responder às questões de números 4 e 5.

Atração exercida pela cidade põe para a sociedade o desafio de encontrar soluções para problemas que crescem junto com a mancha urbana. (l.21-23)

No contexto, a expressão mancha urbana é entendida como

- a) urbanização.
- b) poluição.
- c) favelização.
- d) desocupação urbana.
- e) valorização imobiliária.

Coerente com o teor do texto, o segmento *para a sociedade* poderia ser reescrito como para seus moradores e gestores públicos. Semanticamente, a reescrita apresenta o referente como mais específico, mais delimitado; sintaticamente, a reescrita leva à modificação da expressão verbal

I → *põe para pôs*, caso se queira projetar a ação como de realização próxima, no futuro.

II → *encontrar para encontrarem*, caso se queira realçar a ação atribuída ao sujeito do infinitivo.

III → *crescem para cresceram*, caso se queira estender a ação também ao tempo passado.

Está(ão) correta(s)

- | | |
|-------------------------------------|--|
| <input type="radio"/> a apenas I. | <input type="radio"/> d apenas I e II. |
| <input type="radio"/> b apenas II. | <input type="radio"/> e apenas II e III. |
| <input type="radio"/> c apenas III. | |

Para assinalar verdadeiro (V) ou falso (F), analise as afirmativas considerando as ideias apresentadas nos dois últimos parágrafos (l.43-74).

- () Nos parágrafos, é desenvolvida a tese de que as cidades, representadas cartograficamente como um todo, são recortadas física e socialmente.
- () O articulador *Mas* (l.63) introduz a objeção do pesquisador do Departamento de Geografia ao desprestígio das cartografias pelo pensamento científico moderno.
- () O capitalismo acaba contribuindo decisivamente para a unidade dos centros urbanos em razão da necessidade de mediação entre relações de identidade e de conflito, acirradas por esse sistema econômico.

A sequência correta é

- | | |
|------------------------------------|------------------------------------|
| <input type="radio"/> a F – V – V. | <input type="radio"/> d V – V – V. |
| <input type="radio"/> b V – V – F. | <input type="radio"/> e V – F – F. |
| <input type="radio"/> c F – F – V. | |

O tema das reflexões do professor Viana Hissa é apresentado na abertura do quinto parágrafo (l.43-44):

Ao refletir sobre os limites da cidade e a construção de muros em favelas no Rio de Janeiro [...].

Dentre as sugestões de reescrita desse fragmento apresentadas a seguir, assinale aquela que, mantendo o sentido original e a clareza, poderia ser empregada no texto.

- a No Rio de Janeiro, ao refletir sobre os limites da cidade e a construção de muros em favelas [...].
- b Ao refletir, no Rio de Janeiro, sobre os limites da cidade e a construção de muros em favelas [...].
- c Ao refletir sobre os limites da cidade no Rio de Janeiro e a construção de muros em favelas [...].
- d Ao refletir sobre os limites da cidade e a construção, no Rio de Janeiro, de muros em favelas [...].
- e Ao refletir sobre os limites da cidade e a construção em favelas de muros no Rio de Janeiro [...].

Anotações

UFSM

Para responder à questão, considere o período em destaque.

Hissa afirma que os habitantes interpretam a cidade a partir de paradigmas que lhes interessam porque se referem à história com a qual se identificam. (l.59-62)

Na organização do período, percebe-se que os verbos afirmar e interpretar foram posicionados imediatamente depois do sujeito gramatical, no caso *Hissa e os habitantes*, respectivamente. Esse é o termo com o qual os verbos concordam. Para os outros verbos, é necessário reconhecer que o emprego da terceira pessoa do plural está adequado pois

I → interessar estabelece concordância com *os habitantes*.

II → se referir estabelece concordância com *paradigmas*.

III → se identificar estabelece concordância com *os habitantes*.

Está(ão) correta(s)

- a apenas I.
- b apenas III.
- c apenas I e II.
- d apenas II e III.
- e I, II e III.

No texto, vários substantivos são empregados para referirem processos verbais, como é o caso de *venda* (l.7), que designa a ação de vender. Entre esses substantivos, alguns são formados pelo processo de derivação regressiva, como é o caso de

- a abandono (l.13) e desafio (l.22).
- b desafio (l.22) e conhecimento (l.26).
- c conhecimento (l.26) e interpretação (l.62).
- d interpretação (l.62) e edificação (l.65-66).
- e edificação (l.65-66) e abandono (l.13).

Todas as afirmativas apresentam adequadas alternativas para as escolhas linguísticas materializadas no texto, EXCETO:

- a O segmento *Apesar de concentrar* (l.2) pode ser reescrito como Mesmo concentrando em razão de ambas as formas expressarem a noção semântica de concessão.
- b A segunda ocorrência de *Segundo* (l.35) pode ser substituída pela expressão De acordo com em razão de os dois segmentos terem a função de introdutores do discurso citado.
- c As aspas empregadas no quinto parágrafo (l.52-58) podem ser retiradas em razão de, no parágrafo, ser apresentado apenas o depoimento de Viana Hissa.
- d O ponto final entre *futuro* e *Hoje* (l.38-39) pode ser substituído por ponto e vírgula em razão de se reunirem duas orações estabelecendo entre si relação de contraste temporal.
- e O segmento *não é recortada apenas* (l.49-50) pode ser reescrito como é recortada não apenas em razão de se estabelecer coesivamente uma simetria com a expressão *mas* (l.50).

Parte II → Legislação

11

Quanto ao Regime Jurídico dos Servidores Públicos da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, regulamentado pela Lei n. 8.112/1990 e suas alterações, pode-se afirmar que

- (a) a exoneração pode ocorrer a pedido do servidor, de ofício ou de pessoa interessada.
- (b) a licença por motivo de doença em pessoa da família independe de licença prévia.
- (c) a licença ao servidor poderá ser concedida por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, dos irmãos, do padrasto ou madrasta e enteado, ou dependente que viva a suas expensas e conste do seu assentamento funcional, mediante comprovação por perícia médica oficial.
- (d) a licença para capacitação ocorre após cada triênio de efetivo exercício.
- (e) a licença para tratar de interesses particulares pode ocorrer até três anos consecutivos, sem remuneração.

12

Sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, é correto afirmar que

- (a) a competência pode ser renunciada pelos órgãos administrativos, salvo em casos excepcionais legalmente admitidos.
- (b) a edição de atos de caráter normativo, a decisão de recursos administrativos e as matérias de competência exclusiva ou privativa do órgão ou autoridade não podem ser objeto de delegação.
- (c) o ato de delegação e sua revogação deverão ser publicados no meio oficial.

- (d) o ato de delegação é irrevogável.
- (e) as decisões adotadas por delegação podem mencionar explicita ou implicitamente esta qualidade.

13

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 inaugurou no país uma nova perspectiva com relação aos chamados “direitos sociais”. A partir da nova Carta Maior, o Estado passa a agir com um perfil mais ativo na implementação de políticas públicas aptas a buscar a efetivação do chamado “Estado Social e Democrático de Direito”.

Assim, com relação ao direito à educação, é INCORRETO afirmar que

- (a) a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
- (b) o ensino será ministrado, dentre outros princípios, com base na igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
- (c) as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
- (d) a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio são gratuitos dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.
- (e) os conteúdos mínimos para o ensino fundamental serão fixados de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo, estabelecido pelo Decreto n. 1.171, de 22 de junho de 1994, traça princípios morais e disciplina certas atividades administrativas do funcionário público.

Nesse sentido, assinale a afirmativa INCORRETA.

- a** Quanto às regras deontológicas, consta no capítulo I do referido instrumento que a dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear o servidor público, seja no exercício do cargo ou função, ou fora dele, que refletirá o exercício da vocação do próprio poder estatal.
- b** Um dos direitos fundamentais do servidor público é o de desempenhar a qualquer tempo as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular.
- c** É vedado ao servidor público o uso de cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem.
- d** É vedado ao servidor público prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam.
- e** À Comissão de Ética incumbe fornecer, aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores, os registros sobre sua conduta ética, para o efeito de instruir e fundamentar promoções e para todos os demais procedimentos próprios da carreira do servidor público.

A Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI), regulamentou o direito constitucional de acesso às informações públicas. Essa norma criou mecanismos que possibilitaram a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas dos órgãos e entidades.

Nesse sentido, assinale a alternativa correta.

- a** Quanto às informações pessoais, pode-se dizer que as mesmas devem ser feitas de forma transparente e com respeito à intimidade, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.
- b** As informações pessoais terão seu acesso restrito desde que sigilosa.
- c** As informações pessoais não poderão ter autorizada sua divulgação ou ser acessadas por terceiros, nem mesmo com previsão legal.
- d** O consentimento expresso da pessoa jamais é exigido para acesso à informação de caráter pessoal.
- e** A restrição de acesso à informação relativa à vida privada, honra e imagem de pessoa poderá ser invocada com o intuito de prejudicar o processo de apuração de irregularidades em que o titular das informações estiver envolvido, bem como em ações para recuperação de fatos históricos de maior relevância.

Anotações

Tendo como base o Decreto n. 7.724, de 16 de maio de 2012, que dispôs sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição da República Federativa do Brasil, marque a assertiva correta.

- (a) Sujeitam-se ao disposto neste decreto os órgãos da administração direta, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta e exclusivamente pela União.
- (b) O acesso à informação disciplinado no referido Decreto se aplica às hipóteses de sigilo previstas na legislação, como fiscal, bancário, de operações e serviços no mercado de capitais, comercial, profissional, industrial e segredo de justiça.
- (c) É dever dos órgãos e entidades promover, desde que haja requerimento, a divulgação em seus sítios na Internet de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.
- (d) Os órgãos e entidades deverão implementar em seus sítios na Internet seção específica para a divulgação das informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.
- (e) Serão atendidos pedidos de acesso à informação genéricos, até mesmo, desproporcionais.

Com relação aos objetivos da Universidade Federal de Santa Maria, pode-se afirmar que é fundamental

- (a) promover uma educação especializada e pura.
- (b) desenvolver o ensino para a formação e aperfeiçoamento de profissionais, técnicos e pesquisadores de alto nível.
- (c) estimular apenas a pesquisa pura.

(d) desenvolver a educação profissional somente nos níveis técnico e tecnológico.

(e) fomentar a extensão, com abertura aos estudantes, excluindo-se a participação popular.

Quanto ao Estatuto da Universidade Federal de Santa Maria, assinale a alternativa correta.

- (a) Pode-se afirmar que a administração de cada uma das unidades universitárias será feita por meio dos seguintes órgãos: Reitoria; Conselho de Centro e de Unidade Descentralizada; Direção de Unidade Universitária; Colégio Departamental; e Chefias de Departamento.
- (b) O Conselho de Centro e de Unidade Descentralizada é órgão apenas deliberativo, sendo composto de diretor de unidade universitária; vice-diretor de unidade universitária; coordenador de cada curso de graduação alocado na unidade universitária; coordenador de cada curso ou programa de pós-graduação alocado na unidade universitária; chefes de departamento; representação dos serviços técnico-administrativos em educação e representação do corpo discente.
- (c) Das deliberações do Conselho de Centro e de Unidade Descentralizada, caberá recurso, quando administrativo, ao Conselho Universitário e, quando atinente ao ensino, à pesquisa ou à extensão, ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, num prazo de dez dias.
- (d) A direção de unidade universitária, composta por diretor e vice-diretor, supervisiona e coordena todas as atividades da unidade, exercendo, para isso, seu mandato em regime de tempo integral e, obrigatoriamente, em dedicação exclusiva.
- (e) O diretor e vice-diretor de unidade universitária serão nomeados pelo reitor, observados, para a escolha no âmbito da unidade, procedimentos específicos elaborados pela unidade universitária.

Levando-se em consideração o Regimento Geral da Universidade Federal de Santa Maria, aprovado pelo Parecer n. 031/2011 da Comissão de Legislação e Regimentos do Conselho Universitário, marque a assertiva correta.

- (a) À Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) compete tão somente coordenar e dirigir a execução das atividades do ensino de graduação.
- (b) À Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PRPGP) compete propor, coordenar, supervisionar e dirigir a execução das atividades de ensino de pós-graduação e da pesquisa, além de propor e executar a política de pós-graduação e pesquisa homologada pelos colegiados dos programas de Pós-Graduação da UFSM.
- (c) Fazem parte da estrutura organizacional da Pró-Reitoria de Graduação e Pesquisa (PRPGP) os Comitês de Pós-Graduação e os Comitês de Biossegurança, os quais são considerados instâncias de caráter deliberativo da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da UFSM.
- (d) À Pró-Reitoria de Recursos Humanos (PRRH) compete somente propor a política de gestão de pessoas no âmbito da UFSM.
- (e) À Pró-Reitoria de Infraestrutura (PROINFRA) compete planejar, coordenar, supervisionar e executar os serviços de obras, manutenção e serviços gerais da UFSM, além de outras atribuições específicas.

Sabe-se que os Princípios Constitucionais da Administração Pública devem reger a atuação dos Poderes Executivo, além dos Poderes Legislativo e Judiciário, quando os mesmos exercem a função administrativa.

Dessa forma, assinale a alternativa INCORRETA.

- (a) O rol de princípios de direito administrativo não é idêntico nos diversos ordenamentos e na doutrina.
- (b) São princípios expressamente previstos pelo Poder Constituinte Originário em 1988, os seguintes: o princípio da legalidade; o princípio da impessoalidade; o princípio da moralidade; o princípio da publicidade e o princípio da eficiência.
- (c) O princípio da legalidade é uma decorrência da caracterização de um Estado como Estado de Direito.
- (d) O princípio da impessoalidade recebe várias interpretações da doutrina brasileira.
- (e) O princípio da publicidade na Constituição de 1988 alinhou o Estado brasileiro à tendência mundial de ampla publicidade a reger as atividades da Administração Pública.

Anotações

21

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – Pronunciamento Técnico CPC 03(R2) versa sobre os benefícios da informação dos fluxos de caixa.

A partir do CPC 03(R2), pode-se inferir que:

I → A demonstração dos fluxos de caixa, quando usada em conjunto com as demais 3 CPC 03(R2) demonstrações contábeis, proporciona informações que permitem que os usuários avaliem as mudanças nos ativos líquidos da entidade, sua estrutura financeira (inclusive sua liquidez e solvência) e sua capacidade para mudar os montantes e a época de ocorrência dos fluxos de caixa, a fim de adaptá-los às mudanças nas circunstâncias e oportunidades.

II → As informações sobre os fluxos de caixa são úteis para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, mas não possibilitam aos usuários desenvolver modelos para avaliar e comparar o valor presente dos fluxos de caixa futuros de diferentes entidades.

III → A demonstração dos fluxos de caixa também concorre para o incremento da comparabilidade na apresentação do desempenho operacional por diferentes entidades, visto que não reduz os efeitos decorrentes do uso de diferentes critérios contábeis para as mesmas transações e eventos.

Está(ão) correta(s)

- a apenas I.
- b apenas I e II.
- c apenas I e III.
- d apenas II e III.
- e I, II e III.

22

O pronunciamento técnico CPC 16(R1) destaca a classificação de gastos em custos de estoque. Alguns gastos podem ser classificados como despesas do período em que são incorridos, ao invés de serem classificados como custo de estoque, EXCETO

- a o valor normal de desperdício de materiais, mão de obra ou outros insumos de produção.
- b gastos com armazenamento, a menos que sejam necessários ao processo produtivo entre uma e outra fase de produção.
- c despesas administrativas que contribuem para trazer o estoque ao seu local e condição atuais.
- d despesas de comercialização, excluindo a venda e a entrega dos bens e serviços aos clientes.
- e gasto com frete na compra de matéria-prima para estoque.

23

A análise do Balanço Patrimonial por índices de Liquidez oferece ao gestor subsídios para o processo decisório. Ao se analisar o Balanço Patrimonial de determinada empresa, encontra-se um índice de Liquidez Seca igual a 1,25 e um índice de Liquidez Corrente igual a 1,50. Neste mesmo Balanço o saldo da conta Estoques é de R\$ 1.600.000,00, sendo que não apresenta saldo no subgrupo de Despesas do Exercício Seguinte.

Com base nesta análise, pode-se afirmar que o valor do Ativo Circulante é de

- a R\$ 2.000.000,00.
- b R\$ 2.400.000,00.
- c R\$ 3.000.000,00.
- d R\$ 6.400.000,00.
- e R\$ 9.600.000,00.

24

As informações do Demonstrativo de Fluxo de Caixa são úteis para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e possibilitam aos usuários desenvolver modelos para avaliar e comparar o valor presente dos fluxos de caixa futuros de diferentes entidades (CPC 03(R2)).

Observe os fatos contábeis a seguir:

- () Aumento do desconto de duplicatas.
- () Aumento de fornecedores.
- () Recebimento de venda de Imobilizado.
- () Distribuição de lucros.

Agora, considerando-se a elaboração do Demonstrativo de Fluxo de Caixa pelo Método Indireto, numere os fatos contábeis, correlacionando-os com as atividades apresentadas a seguir:

1 → Atividade de Financiamento.

2 → Atividade Operacional.

3 → Atividade de Investimento.

A sequência correta é

- a) 1 – 2 – 3 – 1.
- b) 2 – 3 – 3 – 1.
- c) 1 – 3 – 1 – 3.
- d) 2 – 2 – 3 – 1.
- e) 1 – 2 – 1 – 3.

25

Inúmeros são os Sistemas de Custo que objetivam a gestão dos custos indiretos de produção. Assinale V (verdadeiro) ou F (falso) cada afirmativa a seguir.

- () O Custo Baseado em Atividade (ABC – *Activity-Based Costing*) surgiu como uma ferramenta que busca reduzir as distorções provocadas pelo rateio arbitrário dos custos indiretos e sua alocação aos produtos como a utilizada no custeio por absorção.

() O Custo Padrão tem como princípio definir um parâmetro inicial para implementar padrões de comportamento de custos. Esse padrão servirá de parâmetro inicial para referência dos custos das atividades.

() O método RKW (*Reischkuratorium fur Wirtschaftlichkeit*) considera como sendo custo apenas os custos de transformação (mão de obra direta e custos indiretos de fabricação), desconsiderando dos custos o total da matéria-prima consumida no processo produtivo.

A sequência correta, de cima para baixo, é

- | | |
|-------------------------------------|-------------------------------------|
| <input type="radio"/> a) V – F – F. | <input type="radio"/> d) V – F – V. |
| <input type="radio"/> b) F – F – V. | <input type="radio"/> e) V – V – V. |
| <input type="radio"/> c) F – V – F. | |

26

A Perícia Contábil, desde fevereiro de 2015, é regida por duas normas do Conselho Federal de Contabilidade. São elas: NBC TP01 e NBC PP01.

Considerando a Norma Brasileira de Contabilidade TP 01, observe as afirmativas a seguir:

I → Na fase de planejamento, visando a elaboração da proposta de honorários, o perito deve ressaltar que, na hipótese de apresentação de quesitos suplementares, poderá estabelecer honorários complementares.

II → O laudo pericial contábil e o parecer técnico-contábil são documentos escritos, nos quais os peritos devem registrar, de forma abrangente, o conteúdo da perícia e particularizar os aspectos e as minudências que envolvam o seu objeto e as buscas de elementos de prova necessários para a conclusão do seu trabalho.

III → Mediante termo de diligência, o perito deve solicitar por escrito alguns documentos e informações relacionadas ao objeto da perícia, fixando o prazo para entrega.

Está(ão) correta(s)

- a apenas I.
- b apenas I e II.
- c apenas I e III.
- d apenas II e III.
- e I, II e III.

28

A boa interpretação da composição da Margem de Contribuição possibilita ao gestor decisões de curto prazo.

Considere os valores unitários abaixo descritos na produção e venda dos produtos "X" e "Y":

	Produto "X"	Produto "Y"
Margem de Contribuição	R\$ 190,00	R\$ 210,00
Matéria-prima	R\$ 120,00	R\$ 180,00
Preço de Venda	R\$ 430,00	R\$ 450,00

O valor percentual de participação do custo de matéria-prima no custo variável dos produtos "X" e "Y" é, respectivamente,

- a 25% e 50%.
- b 44% e 46%.
- c 50% e 25%.
- d 50% e 75%.
- e 75% e 50%.

A sequência correta é

- a V – F – V.
- b F – F – F.
- c F – V – F.
- d V – V – F.
- e F – V – V.

29

Princípios e convenções contábeis regem os procedimentos do profissional da contabilidade. Considere que a direção de uma empresa precisa saber o valor exato do custo de produção de cada um dos produtos por ela fabricados e, portanto, solicita ao gerente de produção qual é o montante desse gasto. O gerente de produção, ao apurar esse custo, desconsidera o gasto com o chá que é servido aos funcionários após a refeição do meio-dia.

Qual princípio contábil baseou a decisão do gerente de produção?

- a Prudência.
- b Conservadorismo.
- c Consistência.
- d Competência.
- e Materialidade.

30

O Balanço Patrimonial apresenta a situação estática de uma empresa em uma data, do qual pode-se depreender informações de caráter gerencial.

Considere o Balanço Patrimonial a seguir:

Balanço Patrimonial elaborado em 31/12/2015.	
Ativo	
Ativo Circulante	R\$ 7.200,00
Ativo Não Circulante	R\$ 7.800,00
Realizável a longo prazo	R\$ 1.550,00
Investimentos	R\$ 1.000,00
Imobilizado	R\$ 3.750,00
Intangível	R\$ 1.500,00
TOTAL	R\$ 15.000,00
Passivo	
Passivo Circulante	R\$ 6.000,00
Passivo Não Circulante	R\$ 4.000,00
Aluguéis recebidos antecipadamente	R\$ 4.000,00
Patrimônio Líquido	R\$ 5.000,00
TOTAL	R\$ 15.000,00

Pode-se afirmar que o Capital Circulante, o Capital Circulante Líquido e o Capital Próprio são, respectivamente,

- (a) R\$ 7.200,00, R\$ 5.650,00 e R\$ 5.000,00.
- (b) R\$ 5.650,00, R\$ 7.200,00 e R\$ 9.000,00.
- (c) R\$ 7.200,00, R\$ 1.200,00 e R\$ 5.000,00.
- (d) R\$ 1.200,00, R\$ 5.500,00 e R\$ 15.000,00.
- (e) R\$ 7.200,00; R\$ 1.200,00 e R\$ 9.000,00.

31

A Norma Brasileira de Contabilidade PP 01, trata da Profissão de Perito Contábil.

Qual das alternativas abaixo refere-se ao zelo profissional do Perito Contábil descrito na NBC PP 01?

- (a) Cumprir os prazos fixados pelo juiz em perícia judicial e nos termos contratados em perícia extrajudicial, inclusive arbitral.
- (b) Assumir a responsabilidade pessoal por todas as informações prestadas, quesitos respondidos, procedimentos adotados, diligências realizadas, valores apurados e conclusões apresentadas no laudo pericial contábil e no parecer técnico-contábil.
- (c) Propugnar pela celeridade processual, valendo-se dos meios que garantam a eficiência, a segurança, a publicidade dos atos periciais, a economicidade, o contraditório e a ampla defesa.
- (d) Ser receptivo aos argumentos e críticas, podendo apenas ratificar o posicionamento anterior.
- (e) Requerer a liberação parcial dos honorários quando julgar necessário para o custeio de despesas durante a realização dos trabalhos.

Anotações

32

A Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) evidencia a movimentação de todas as contas do Patrimônio Líquido durante o exercício social, inclusive a formação e utilização das reservas não derivadas do lucro.

Qual dos fatos abaixo modifica o total do Patrimônio Líquido?

- a Redução por ações próprias adquiridas ou acréscimo por sua venda.
- b Aumento de capital com utilização de lucros e reservas.
- c Apropriações do lucro líquido do exercício reduzindo a conta Lucros Acumulados para formação de reservas, como Reserva Legal, Reserva de Lucros a Realizar, Reserva para Contingência e outras.
- d Reversões de reservas patrimoniais para a conta de Lucros ou Prejuízos acumulados.
- e Compensação de Prejuízos com Reservas.

33

A análise do Capital Circulante Líquido indica aos investidores a capacidade financeira da empresa.

Considere as afirmativas a seguir:

I → Se o Capital Circulante Líquido for positivo, indica que a Liquidez Corrente será maior que 1.

II → Se a empresa possui um passivo a descoberto, consequentemente, o Capital Circulante Líquido será negativo.

III → Se o Capital Circulante Líquido for nulo, indica que o Capital Próprio é inexistente.

Está(ão) correta(s)

- a apenas I.
- b apenas I e II.
- c apenas I e III.
- d apenas II e III.
- e I, II e III.

34

O balancete de verificação das empresas é um dos instrumentos contábeis que antecedem a apuração do resultado e, consequentemente, a distribuição ou não de lucros.

Considere os seguintes saldos das contas ao final de um exercícios social:

Contas	Saldo Devedor	Saldo Credor
Bancos	R\$ 300.000,00	
Caixa	R\$ 70.000,00	
Capital Social		R\$ 500.000,00
Custo das Mercadorias Vendidas	R\$ 1.300.000,00	
Despesas Administrativas	R\$ 700.000,00	
Fornecedores		R\$ 280.000,00
Clientes	R\$ 430.000,00	
Impostos a pagar		R\$ 120.000,00
Estoque	R\$ 600.000,00	
Receita de Mercadorias		R\$ 2.500.000,00
TOTAL	R\$ 3.400.000,00	R\$ 3.400.000,00

Considerando que a empresa pretende distribuir 90% dos lucros apurados, se houver, qual será esse montante?

- a R\$ 450.000,00.
- b R\$ 550.000,00.
- c R\$ 650.000,00.
- d R\$ 1.000.000,00.
- e A empresa apresenta prejuízo.

35

A Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TP 01 ordena o trabalho da Perícia Contábil.

Assinale a alternativa INCORRETA em relação aos procedimentos do Perito Contábil descritos na NBC TP 01.

- a** Juramento.
- b** Vistoria.
- c** Indagação.
- d** Mensuração.
- e** Exame.

36

Os órgãos que integram o Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal possuem diversas atribuições e competências. Considere as seguintes afirmações:

I → De acordo com a Lei n. 10.180, de 2001, as Unidades Orçamentárias integram o Sistema de Planejamento e Orçamento e são responsáveis pela apresentação da programação orçamentária detalhada da despesa por *programa, ação e subtítulo*.

II → Os órgãos específicos são aqueles vinculados ou subordinados ao órgão central do Sistema, cuja missão está voltada para as atividades de planejamento e orçamento.

III → Somente os órgãos setoriais ficam sujeitos à orientação normativa e à supervisão técnica do órgão central do Sistema, sem prejuízo da subordinação ao órgão em cuja estrutura administrativa estiverem integrados.

Está(ão) correta(s)

- a** apenas I.
- b** apenas II.
- c** apenas III.
- d** apenas I e II.
- e** apenas II e III.

37

A classificação da receita orçamentária é de utilização obrigatória por todos os entes da Federação, sendo facultado o seu desdobramento para atendimento das respectivas necessidades.

Observe, nas afirmações a seguir, alguns aspectos relativos à classificação da receita orçamentária.

- () Visa identificar a origem do recurso segundo o fato gerador: acontecimento real que ocasionou o ingresso da receita nos cofres públicos.
- () Possui a finalidade precípua de identificar o destino dos recursos arrecadados.
- () Tem por finalidade identificar se a receita pertence ao Orçamento Fiscal, da Seguridade Social ou de Investimento das Empresas Estatais.

Agora, numere esses fragmentos correlacionando-os à classificação da receita orçamentária apresentada a seguir.

- 1 → Por natureza de receita.
 - 2 → Por fonte/destinação de recursos.
 - 3 → Por esfera orçamentária.
- A numeração correta, de cima para baixo, é

- a** 1 – 2 – 3.
- b** 2 – 1 – 3.
- c** 3 – 1 – 2.
- d** 1 – 3 – 2.
- e** 3 – 2 – 1.

Anotações

O programa de trabalho, que define qualitativamente a programação orçamentária, deve responder, de maneira clara e objetiva, às perguntas clássicas que caracterizam o ato de orçar.

Considere algumas perguntas clássicas que caracterizam o ato de orçar.

- () Em qual Orçamento?
- () Em que áreas de despesa a ação governamental será realizada?
- () Qual o tema da Política Pública?

Agora, numere essas perguntas correlacionando-as ao bloco de informação que buscam responder.

1 → Estrutura programática.

2 → Classificação funcional.

3 → Classificação por esfera.

A numeração correta, de cima para baixo, é

- a** 1 – 2 – 3.
- b** 2 – 1 – 3.
- c** 3 – 1 – 2.
- d** 1 – 3 – 2.
- e** 3 – 2 – 1.

Toda ação do Governo está estruturada para a realização dos objetivos estratégicos definidos.

Com relação à Estrutura Programática, assinale a alternativa correta.

- a** As Ações Orçamentárias são as operações das quais resultam produtos (bens ou serviços) que contribuem para atender ao objetivo de um programa. Incluem-se também no conceito de ação as transferências obrigatórias ou voluntárias a outros entes da Federação e a pessoas físicas e jurídicas, na forma de subsídios, subvenções, auxílios, contribuições, entre outros, e os financiamentos.

b Produto é o bem ou serviço que resulta da ação, destinado ao público-alvo, ou o insumo estratégico que será utilizado para a produção futura de bem ou serviço. Cada ação poderá ter vários produtos. E o seu item de mensuração visa detalhar o volume de operação, carga de trabalho, produtos ou serviços gerados a partir das transferências.

c As atividades, os projetos e as operações especiais serão detalhados em subtítulos, utilizados especialmente para identificar a localização física da ação orçamentária, não podendo haver, por conseguinte, alteração de sua finalidade, do produto e das metas estabelecidas. A adequada localização do gasto permite maior controle governamental e social sobre a implantação das políticas públicas adotadas.

d A Forma de Implementação, que é a descrição de todas as etapas do processo até a entrega do produto pode ser classificada como descentralizada/delegada quando a ação orçamentária decorre de uma transferência de recursos a entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, organizações não governamentais e outras instituições, que não decorram de determinação constitucional ou legal.

e Plano Orçamentário é uma identificação orçamentária, constante da Lei Orçamentária Anual, vinculada à ação orçamentária, que tem por finalidade permitir que tanto a elaboração do orçamento quanto o acompanhamento físico e financeiro da execução ocorram num nível mais detalhado do que o do subtítulo/localizador de gasto.

40

A respeito da elaboração da proposta orçamentária e do acompanhamento e controle da execução orçamentária e financeira, considere as afirmativas a seguir:

I → Em razão do disposto no inciso XIII do Anexo I do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) - 2017, é necessário detalhar, em nível de subelemento de despesa, os gastos previstos com tecnologia da informação, inclusive *hardware*, *software* e serviços.

II → A limitação dos gastos públicos é feita por decreto do Poder Executivo Federal e por ato próprio dos demais Poderes, de acordo com as regras fixadas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015. No âmbito do Poder Executivo Federal, esse decreto ficou conhecido como Decreto de Contingenciamento.

III → De acordo com o PLDO – 2017, os Poderes, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União deverão elaborar e publicar por ato próprio, até trinta dias após a publicação da LOA 2017, cronograma anual de desembolso mensal, por Unidade Orçamentária, com vistas ao cumprimento da meta de superávit primário.

Está(ão) correta(s)

- a apenas I.
- b apenas II.
- c apenas III.
- d apenas I e II.
- e apenas II e III.

41

A Administração Pública pode conceder ou tomar empréstimos indexados em moeda estrangeira. No que diz respeito à apropriação de variação cambial positiva de empréstimos concedidos, considere os seguintes lançamentos:

I → Reconhecimento da variação cambial positiva

Natureza de informação: Patrimonial

D 1.1.3.3.x.xx.xx Empréstimos e Financiamentos Concedidos

C 1.5.2.x.x.xx.xx Encargos a Receber

II → Natureza de informação: Orçamentária

D 6.2.2.1.3.02.xx Crédito Empenhado em Liquidação

C 6.2.2.1.3.03.xx Crédito Empenhado Liquidado a Pagar

III → Recebimento do Empréstimo

Natureza de informação: Patrimonial

D 1.1.1.1.x.xx.xx Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional

C 1.1.3.3.x.xx.xx Empréstimos e Financiamentos Concedidos

Está(ão) correta(s)

- a apenas I.
- b apenas II.
- c apenas III.
- d apenas I e II.
- e apenas II e III.

42

O recebimento de dívida ativa corresponde a uma receita. Considere os seguintes registros contábeis referentes à baixa por recebimento do principal no órgão competente para inscrição:

I → Natureza da informação: patrimonial

D 1.1.1.1.1.xx.xx Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional (F)

C 4.1.x.x.x.xx.xx Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

II → Natureza da informação: orçamentária

D 6.2.1.1.x.xx.xx Receita a Realizar

C 6.2.1.2.x.xx.xx Receita Realizada

III → Natureza da informação: controle

D 7.2.1.1.x.xx.xx Controle da Disponibilidade de Recursos

C 8.2.1.1.1.xx.xx Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR)

Está(ão) correta(s)

- a apenas I.
- b apenas II.
- c apenas III.
- d apenas I e II.
- e apenas II e III.

43

Na Contabilidade Pública, mensalmente deve ser apropriado 1/12 do 13º salário, referente aos direitos do trabalhador em decorrência do mês trabalhado; entretanto, o empenho, a liquidação e o pagamento ocorrem, em geral, nos meses de novembro e dezembro. Os registros contábeis para a apropriação mensal (1/12 do 13º salário), a Execução Orçamentária nos meses do pagamento e no momento do pagamento, além de outros, devem conter lançamentos específicos.

Analise os seguintes registros contábeis:

I → Na apropriação mensal

Natureza da informação: patrimonial

D 3.1.1.x.x.xx.xx Remuneração a Pessoal

C 2.2.1.1.x.xx.xx Pessoal a Pagar – 13º Salário (F)

II → Na Execução Orçamentária nos meses do pagamento

Natureza da informação: orçamentária

D 6.2.2.1.3.01.xx Crédito Empenhado a Liquidar

C 6.2.2.1.3.02.xx Crédito Empenhado em Liquidação

e

D 6.2.2.1.3.02.xx Crédito Empenhado em Liquidação

C 6.2.2.1.3.03.xx Crédito Empenhado Liquidação a Pagar

III → No momento do pagamento:

Natureza da informação: patrimonial

D 2.2.1.1.x.xx.xx Pessoal a Pagar – 13º Salário (F)

C 1.1.1.1.1.xx.xx Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional (F)

Está(ão) correta(s)

- a apenas I.
- b apenas II.
- c apenas III.
- d apenas I e II.
- e apenas II e III.

44

A legislação estabelece que os depósitos judiciais e extrajudiciais, em dinheiro, referentes a tributos e contribuições federais serão efetuados na Caixa Econômica Federal e repassados para a Conta Única do Tesouro Nacional. Considere o recebimento de R\$ 1.000,00 referente a recursos de depósito judicial, em que apenas R\$ 400,00 passou a compor o fundo de reserva para restituição dos depósitos. O(s) registro(s) contábil(eis) de Natureza de Informação Patrimonial é(são):

- (a) D 1.1.3.5.1.xx.xx Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados (F)
 - C 2.1.8.8.x.xx.xx Valores Restituíveis (F).....400,00
 - e
 - D 1.1.1.1.x.xx.xx Caixa e Equivalentes de Caixa (F)
 - C 2.1.8.8.x.xx.xx Valores Restituíveis (P).....600,00

- (b) D 1.1.3.5.1.xx.xx Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados (F)
 - C 2.1.8.8.x.xx.xx Valores Restituíveis (F).....1.000,00

- (c) D 1.1.1.1.x.xx.xx Caixa e Equivalentes de Caixa (F)
 - C 2.1.8.8.x.xx.xx Valores Restituíveis (P).....1.000,00

- (d) D 1.1.3.5.1.xx.xx Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados (F)
 - C 2.1.8.8.x.xx.xx Valores Restituíveis (F).....600,00
 - e
 - D 1.1.1.1.x.xx.xx Caixa e Equivalentes de Caixa (F)
 - C 2.1.8.8.x.xx.xx Valores Restituíveis (P).....400,00

(e) D 1.1.1.1.x.xx.xx Caixa e Equivalentes de Caixa (F)

C 2.1.8.8.x.xx.xx Valores Restituíveis (P).....400,00

45

As Variações Patrimoniais são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público, mesmo em caráter compensatório, afetando ou não o seu resultado.

As Variações Patrimoniais requerem seu(s) registro(s) de natureza da informação patrimonial correspondente(s).

() D 1.1.1.1.1.xx.xx Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional (F)

C 2.1.2.3.x.xx.xx Financiamentos a Curto Prazo - Interno (P)

() D 3.x.x.x.x.xx.xx Variação Patrimonial Diminutiva

C 2.1.8.x.x.xx.xx Demais Obrigações a Curto Prazo (F)

() D 1.1.2.1.x.xx.xx Créditos Tributários a Receber (P)

C 4.1.1.2.x.xx.xx Impostos Sobre Patrimônio e a Renda

Numere, de cima para baixo, os registros contábeis correlacionando-os com as Variações Patrimoniais a seguir:

1 → Variação Patrimonial Qualitativa.

2 → Variação Patrimonial Aumentativa.

3 → Variação Patrimonial Diminutiva.

(a) 1 – 2 – 3.

(b) 2 – 1 – 3.

(c) 3 – 1 – 2.

(d) 1 – 3 – 2.

(e) 3 – 2 – 1.

O órgão ou a entidade devem realizar ajustes para que o Balanço Patrimonial reflita a realidade dos seus elementos patrimoniais.

Com relação à mensuração de ativos e passivos, assinale a alternativa correta.

- a** As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data da aquisição, e as aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial.
- b** Os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição/produção/construção ou valor realizável líquido, dos dois o maior. Os custos de estoques devem abranger todos os custos de compra, conversão e outros custos incorridos referentes ao deslocamento, como impostos não recuperáveis, custos de transporte e outros, referentes ao processo de produção.
- c** As participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privados em que a administração tenha influência significativa devem ser mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. O método da equivalência patrimonial será utilizado para os investimentos em coligadas ou em controladas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum.
- d** O ativo imobilizado obtido a título gratuito é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. Quando os elementos do ativo imobilizado tiverem vida útil econômica limitada, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão sistemática durante esse período, sem prejuízo das exceções expressamente consignadas.

- e** Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido apenas do saldo da respectiva conta de amortização acumulada.

Com relação à contabilização das parcerias público-privadas, o parceiro público deve reconhecer um ativo da concessão quando, além dos requisitos para reconhecimento do ativo (probabilidade que benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços dele provenientes fluirão para a entidade e possibilidade de que seu custo ou valor seja determinado em bases confiáveis), estejam presentes os seguintes requisitos:

- a** O parceiro público controla ou regula o serviço objeto da concessão e detém o controle ou qualquer participação residual no ativo ao final do contrato, ou o ativo é utilizado durante toda a sua vida econômica.
- b** O parceiro público não controla ou regula o serviço objeto da concessão, mas detém o controle ou qualquer participação residual no ativo ao final do contrato, ou o ativo é utilizado durante toda a sua vida econômica.
- c** O parceiro público controla, mas não regula o serviço objeto da concessão e não detém o controle ou qualquer participação residual no ativo ao final do contrato, ou o ativo é utilizado durante toda a sua vida econômica.
- d** O parceiro público não controla, não regula o serviço objeto da concessão e não detém o controle ou qualquer participação residual no ativo ao final do contrato, mas o ativo é utilizado durante toda a sua vida econômica.
- e** O parceiro público controla ou regula o serviço objeto da concessão, bem como não detém o controle ou qualquer participação residual no ativo ao final do contrato, e o ativo não é utilizado durante toda a sua vida econômica.

48

Inúmeras são as Operações de Crédito que impactam as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, mais especificamente o Balanço Patrimonial. Considerando que em 30/11/20X1 a União emitiu títulos, sem cupons, com resgate em 30/01/20X2; e o valor nominal dos títulos é R\$ 10.000,00, os juros compostos são pré-fixados e iguais a 1% ao mês.

No Balanço Patrimonial em 30/11/20X1 constará

- a) um Ativo Circulante de R\$ 9.799,00.
- b) um Passivo Circulante de R\$ 10.000,00.
- c) um Passivo Não Circulante de R\$ 10.201,00.
- d) um Ativo Circulante com saldo zero.
- e) um Passivo Circulante de R\$ 10.201,00.

49

O Balanço Financeiro evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público. Apresentase a seguir os valores que a contabilidade exibe antes da apuração do Resultado Financeiro do Exercício:

- As Receitas Orçamentárias Ordinárias foram de R\$ 5.000,00;
- As Receitas Orçamentárias Vinculadas foram de R\$ 3.000,00;
- As Transferências Financeiras Recebidas foram de R\$ 3.000,00;
- As Despesa Orçamentária Ordinárias Liquidadas foram de R\$ 6.000,00;
- As Despesa Orçamentária Ordinárias Pagas foram de R\$ 4.000,00;
- As Transferências Financeiras Concedidas foram de R\$ 2.000,00; e
- Os Pagamentos de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados foram de R\$ 1.000,00.

De acordo com os valores fornecidos, o Resultado Financeiro do Exercício será de

- a) zero.
- b) R\$ 1.000,00.
- c) R\$ 2.000,00.
- d) R\$ 3.000,00.
- e) R\$ 4.000,00.

50

A Portaria STN n. 403, de 28 de junho de 2016, que aprova a 7ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais, entrou em vigor na data de sua publicação e tem seus efeitos aplicados a partir do exercício financeiro de 2017.

Se o Balanço Orçamentário (Anexo 1 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária) do último bimestre de 2017 apresentar os seguintes valores nas colunas e linhas:

Na coluna "PREVISÃO ATUALIZADA (a)" linhas:

Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPSR\$ 500,00

SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)R\$ 1.000,00

Na coluna "RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (c)" linhas:

RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)R\$ 700,00

Operações de Crédito ExternasR\$ 200,00

Superávit Financeiro Utilizado para Créditos AdicionaisR\$ 100,00

SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)R\$ 900,00

Na coluna "DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (f)" linhas:

Amortização da Dívida ExternaR\$ 100,00

SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)R\$ 700,00

Na coluna "DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (h)" linhas:

Amortização da Dívida ExternaR\$ 100,00

SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)R\$ 600,00

É correto afirmar que

- (a) foram abertos Créditos Adicionais no valor de R\$ 200,00.
- (b) na coluna "PREVISÃO ATUALIZADA (a)", linha "SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES", deverá constar o valor de R\$ 100,00.
- (c) o Resultado da Receita é uma Insuficiência de Arrecadação no valor de R\$ 200,00.
- (d) na coluna "DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (h)", linha "SUPERÁVIT (XIV)", deverá constar o valor de R\$ 200,00.
- (e) na coluna "RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (c)", linha "DÉFICIT (VII)", deverá constar o valor de R\$ 200,00.

Anotações